

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.235 - SP (2019/0202820-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : ANÍSIO MARIANO
ADVOGADOS : JOVAIR FAUSTINO - SP272116
PAULO JUNIOR MOREIRA - SP312897
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019
JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ANÍSIO MARIANO contra a decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, impugna acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Contratos bancários - Abertura de crédito rotativo em conta - corrente bancária contratada em maio de 1989 e mútuos de valores fixos Pretensão do autor a fim de expurgar juros remuneratórios superiores a 1% ao mês e capitalização mensal vedada pela Súmula n. 121 do Col. STF, mais as tarifas não contratadas - Sentença improcedência da pretensão - Abusividade de juros superiores a 1% ao mês não configurada - Súmula n. 382 do Col. STJ - Anatocismo incorrente - Medida Provisória n. 1.963-17/2000, perenizada com a EC n. 32/2001 - Presunção de constitucionalidade até ser julgada ADI que tramita no Col. STF - Princípio da imperatividade das normas jurídicas, até a proclamação de inconstitucionalidade pelo Excelso Pretório - Constitucionalidade reconhecida pelo órgão Especial do Tribunal de Justiça - Requisitos de relevância e urgência na edição de Medidas Provisórias que são de apreciação discricionária do Chefe do Poder Executivo - Capitalização de juros inconciliável com a sistemática do mútuo de valor fixo e com taxas de juros prefixadas Súmulas ns. 539 e 541 do Col. STJ - Código de Defesa do Consumidor irrelevante na espécie - Comissão de permanência não estipulada - Recurso desprovido.
Prescrição - Decurso do prazo consumado em parte - Prescrição vintenária sob a égide do Código Civil de 1916 e trienal sob a égide do Código Civil de 2002 (art. 206, § 3º, inciso IV), a contar da entrada em vigor - Regulação dos prazos, em direito intertemporal, a cargo do art. 2.028 do Código Civil de 2002 - Prescrição mês a mês da revisão dos juros excessivos e da capitalização ao mês anterior ao triênio, a contar retroativamente do ajuizamento - Prescrição pronunciada de ofício" (e-STJ fl. 186).

Nas razões recursais, além de divergência jurisprudencial, o recorrente alega

violação dos artigos 205 e 2.028 do Código Civil.

Alega que é decenal o prazo prescricional para a revisão de cláusulas contratuais.

Afirma que a prescrição é matéria de ordem pública.

Após o decurso do prazo legal para a apresentação das contrarrazões (e-STJ fl. 246), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevivendo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

De acordo com a jurisprudência desta Corte, o prazo prescricional para a pretensão de revisar contrato bancário é de 20 (vinte) anos se entre a data do ato ilícito e a entrada em vigor do novo Código Civil houver fluído mais da metade do prazo prescricional, e de 10 (dez) anos, caso contrário.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. PRESCRIÇÃO. CONTRATO BANCÁRIO. PRAZO VINTENÁRIO SOB A ÉGIDE DO ANTIGO CÓDIGO CIVIL, OU DECENAL, SE SUBMETIDO AO CÓDIGO CIVIL/2002. TERMO INICIAL. EFETIVO PREJUÍZO.

1. De acordo com a jurisprudência do STJ, na ação em que se busca repetição de indébito em contratos bancários o prazo de prescrição aplicável é vintenário (se entre a data da lesão do direito e a da entrada em vigor do CC/02 - 11.1.2003 - houver fluído mais da metade do prazo de prescrição de vinte anos), ou decenal (se entre a data da lesão do direito e a da entrada em vigor do CC/02 houver fluído menos da metade do prazo de prescrição de vinte anos), devendo-se considerar como termo inicial de contagem do prazo vintenário a data da violação do direito (vale dizer, a data do efetivo prejuízo).

Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 682.863/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 12/11/2015)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA RURAL. REVISÃO DE CONTRATOS FINDOS. ADMISSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PRAZO VINTENÁRIO. SÚMULA N. 83/STJ.

1. A possibilidade de revisão de contratos bancários prevista na Súmula n. 286/STJ estende-se a situações de extinção contratual decorrente de

quitação.

2. Incide a prescrição vintenária do art. 177 do CC/1916 ou a decenal do art. 205 do CC/2002 nos casos de ações de repetição de indébito, respeitada a regra de transição prevista no art. 2.028 do atual Código.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 32.822/RS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/08/2013, DJe 22/08/2013)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - BANCÁRIO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE VALORES - PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - ARTIGO 177 DO CÓDIGO CIVIL - ARTIGOS 26, I, E 27 DO CDC - INAPLICABILIDADE, NA ESPÉCIE - REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO - MÁ-FÉ RECONHECIDA - ADMISSIBILIDADE - ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE - RECURSO IMPROVIDO."

(AgRg no Ag 1320715/PR, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/12/2012)

PAREI AQUI

No presente caso, o acórdão trata de contratos firmados entre 1989 e 2013.

Na espécie, o acórdão afirma que *"os descontos ocorreram no período de setembro de 2009 até setembro de 2012"* (fl. 251 e-STJ), quando já vigente a nova legislação civil, sendo aplicável, portanto, a prescrição decenal.

Em virtude do reconhecimento da prescrição na origem, os demais temas suscitados no recurso especial deixaram de ser decididos, faltando às matérias o devido prequestionamento (Súmula nº 282/STF).

Ante o exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para que, afastada a prescrição, o tribunal de origem prossiga no julgamento da causa como entender de direito.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator